

Comissão Parlamentar de Educação,
Ciência e Cultura
Assembleia da República
1249-068 LISBOA
Fax: 213917448

22 de Agosto de 2011

Assunto: Solicitação de Audiência

Exmos. Senhores:

A ACAPOR — Associação do Comércio Audiovisual, de Obras Culturais e de Entretenimento de Portugal procura defender e representar os retalhistas do mercado videográfico, fonográfico e livreiro embora, historicamente, continue umbilicalmente ligada essencialmente às empresas de aluguer de videogramas, os popularmente denominados “clubes de vídeo”.

Estes estabelecimentos vêm sofrendo um feroz ataque por parte de uma actividade ilegal em enorme escala que esvazia absolutamente quaisquer hipóteses de sobrevivência do mercado – falamos obviamente da pirataria e em especial da pirataria na internet.

Uma legislação desadequada, anacrónica, ineficaz e uma total incapacidade por parte das entidades inspectivas levaram a uma situação de total descontrolo que mais que gerar um sentimento de impunidade generalizada provocam efectivamente uma impunidade generalizada.

A ACAPOR tem procurado sensibilizar todos os agentes. Fomos ouvidos pela anterior Comissão de Ética Sociedade e Cultura, fomos recebidos pela Procuradoria Geral da República e diversas vezes pelo Inspector Geral da IGAC.

Contribuímos com medidas mais visíveis, nomeadamente estando na rua durante 24 horas a “sacar da net” e apresentando já 2000 queixas crime por esse tipo de actividade de forma a demonstrar que o caminho traçado pela actual legislação é desproporcional e desadequado.

Mas, além do problema da pirataria, os micro empresários continuam com outros problemas por resolver, como seja o registo e autenticação das obras.

Efectivamente aquele processo de autenticação na IGAC, sem par no Espaço da União, tem provocado limitações que inviabilizam absolutamente qualquer alternativa dos pequenos retalhistas a fugirem das imposições dos distribuidores nacionais.

Em matéria de aluguer de videogramas a situação é muito mais grave uma vez que os distribuidores se arrogam de direitos que não têm para, utilizando os selos, interditar o aluguer das obras de forma a obrigarem os consumidores a terem de as adquirir. A IGAC, por sua vez, recusa aos retalhistas a emissão de selos de aluguer de videogramas adquiridos no estrangeiro.

Esta situação é, no nosso entendimento, completamente ilegal mas o conluio oferecido pela IGAC a este comportamento das distribuidoras tem perpetuado o mesmo.

De forma a podermos expor de maneira mais objectiva estes problemas que ameaçam matar por completo os micro empresários do sector que ainda subsistem, requeremos um pedido de audiência com a brevidade possível

Uma última nota para requerer uma especial atenção a este nosso pedido de forma a que nesta audiência não exista qualquer laivo de semelhança com a última pseudo-audiência levada a cabo pela anterior 13.^a Comissão à nossa Associação que nos mereceu o mais veemente repúdio e que culminou na queixa que se anexa.

O Presidente



Nuno Pereira

21 de Fevereiro de 2011

Exmo. Sr. Presidente da 13.ª Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

No passado dia 16 de Fevereiro, pelas 14 horas, a nossa Associação foi ouvida por um grupo de trabalho da 13.ª Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

A ACAPOR pretende apresentar uma reclamação sobre aquela pretensa audição nos seguintes termos:

1.º O requerimento fora enviado, há praticamente um ano (tendo o Coordenador do Grupo de Trabalho tido o cuidado de se desculpar pela demora excessiva), no sentido de sermos recebidos pela 13.ª Comissão e não por um Grupo de Trabalho da mesma;

2.º Mesmo aceitando as dificuldades de agenda que possam existir, e tolerando não sermos ouvidos por toda a Comissão mas apenas por um Grupo de Trabalho, já consideramos completamente inaceitável que o Grupo de Trabalho que marcou presença não tenha sido composto, sequer, por um elemento representativo de cada Grupo Parlamentar;

3.º Na verdade, apenas marcaram presença na reunião um representante do Grupo Parlamentar do PS (senhor deputado João Serrano), uma representante do Grupo Parlamentar do PSD (senhora deputada Conceição Pereira) e uma representante do Grupo Parlamentar do BE (senhora deputada Catarina Martins).

Assim, faltaram – porque estava prevista a sua presença e faziam parte do Grupo de Trabalho – o senhor deputado João Oliveira do PCP e a senhora deputada Cecília Meireles do CDS/PP.

4.º Apesar da cordialidade e simpatia de todos os deputados que marcaram presença na referida reunião, não queremos igualmente deixar de lamentar que, perante a situação que nos propusemos apresentar, perante as dificuldades e os dramas sociais e familiares que estão a ser criados por responsabilidade directa do Estado - quer por omissão do poder executivo em sentido lato, quer por desresponsabilização do poder judicial, quer por inércia do poder legislativo – perante a perda de cerca de 2000 postos de trabalho em 6 anos, o Grupo de Trabalho nos tenha concedido menos de uma hora para expormos as nossas preocupações e para apresentarmos as nossas propostas, numa reunião que decorreu num verdadeiro contra relógio uma vez que todos os deputados queriam marcar presença na reunião Plenária que começaria às 15h00.

5.º Um dos principais objectivos que a ACAPOR estabeleceu aquando do requerimento da audiência seria escutar as diferentes sensibilidades presentes no seio da Comissão e esse objectivo foi completamente gorado uma vez que nenhum dos seus elementos se disponibilizou, claramente com pressa para terminar rapidamente a audiência, para manifestar a sua opinião e sustentar algum debate ou troca de ideias sobre a matéria.

A ACAPOR sente que saiu da Comissão exactamente na mesma como tinha entrado.

Achamos que a gravidade do problema que é a pirataria massificada na internet merecia muito

mais que uma reunião de cronómetro na mão. Acreditamos que à Democracia não basta a aparência de seriedade ou credibilidade, é preciso que aquelas sejam reais e efectivas.

A realização de audiências que não são mais que meros pró-formas de maneira a cumprir calendário e agenda não se coadunam com um são Estado de Direito e não contribuem para a boa imagem da Assembleia da República.

À sociedade civil, ou aquela minoria da sociedade civil que continua a acreditar nas Instituições Democráticas e que insiste em participar activamente no desenvolvimento do País, não lhe basta ser recebida pelos representantes do povo. É preciso que, aquando dos encontros entre uns e outros, que o mesmo produza efeitos práticos e que seja minimamente esclarecedor.

A ACAPOR requer então uma nova audiência a essa Comissão recusando-se liminarmente a começar a mesma sem a presença de, pelo menos, um representante de cada Grupo Parlamentar e espera que nesse novo encontro haja especial cuidado na sua marcação de forma a não se sobreporem agendas e não voltar a haver a acontecer uma “reunião express”.

Pede deferimento,

O Presidente,



Nuno Pereira